

Semeando Agroecologia nas cidades

Márcio Mattos de Mendonça

Desde a formação dos primeiros conglomerados humanos, foram estabelecidos cultivos agrícolas e criações animais próximos às moradias. Mesmo com o surgimento das cidades e, posteriormente, das grandes metrópoles, essas práticas não foram abandonadas. Seja para manter tradições familiares e regionais com um forte apelo cultural, para contar com alimentos frescos ou mesmo para gerar fontes complementares de renda, a realidade é que a agricultura permanece nas cidades e em suas periferias, em quintais ou lajes domésticas, em áreas não edificadas ou espaços institucionais, tais como escolas e postos de saúde.

No presente contexto mundial, em que as crises socioambiental e alimentar se agravam como resultado do aprofundamento de um modelo de desenvolvimento que leva à concentração de riquezas, à superexploração dos recursos naturais e à aglomeração das populações em grandes cidades, essas práticas se disseminam como respostas ativamente construídas por parte das parcelas mais vulneráveis e afetadas. Ao mesmo tempo em que surgem como reação, elas apontam para alternativas viáveis para a reconstrução de relações mais equilibradas entre o meio urbano e o meio rural e a promoção de cidades mais saudáveis e sustentáveis. O enfrentamento estrutural das crises deve, portanto, reconhecer e tirar partido do potencial dessas práticas sociais.

No entanto, é recente e ainda restrito o reconhecimento oficial da agricultura urbana e periurbana. Organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), vêm gradativamente atentando para a importância da agricultura urbana e periurbana e recomendando o

apoio a sua disseminação e consolidação. Já em 1999, a FAO estimava que 800 milhões de pessoas estavam envolvidas com a produção de alimentos nas cidades e no seu entorno e eram responsáveis por cerca de 15% da produção alimentar mundial. Em Cuba, por exemplo, mais de 384 mil pessoas em 156 municípios estão engajadas na atividade. Um programa estatal de agricultura urbana define metas anuais de produção com o objetivo de assegurar o abastecimento alimentar da população. Como resultado, somente no primeiro trimestre de 2010, as hortas urbanas cubanas produziram 362.608 toneladas de vegetais.

Na cidade argentina de Rosário, a Secretaria Municipal de Promoção Social implementou um programa de agricultura urbana no início dos anos 1990, como estratégia para criar alternativa de ocupação e renda para a parcela da população mais afetada pela grave crise econômica que o país atravessou naquele momento. O sucesso do programa deveu-se em grande medida à articulação de organizações governamentais, não governamentais, acadêmicas e de base comunitária. Atualmente, o programa envolve mais de 10 mil famílias de desempregados urbanos e está inserido no plano diretor da cidade.

Em diversos países da Europa, a agricultura urbana vem sendo cada vez mais difundida. A Rede Portuguesa de Agricultura Urbana e Periurbana elaborou um mapa nacional da atividade e promove debates e trocas de experiências entre representantes das variadas iniciativas identificadas, principalmente aquelas institucionalizadas. As hortas são comuns também na paisagem urbana da Alemanha, da Suíça e de outros países europeus. A agricultura urbana surge com força também na África Subsaariana, onde o crescimento urbano acelerado vinha se dando justamente em países pouco preparados para alimentarem as suas cidades.

No Brasil, a criação de um programa de agricultura urbana vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o ensaio da construção de uma política nacional voltada para essa atividade ocorreram a partir da pressão dos movimentos populares e das organizações da sociedade civil nas conferências nacionais de segurança alimentar e nutricional ocorridas em 2002 e 2007. Após esta última, o MDS realizou, em parceria com diversas organizações da sociedade civil, um diagnóstico sobre a situação da agricultura urbana e periurbana em 11 regiões metropolitanas. Nesse mesmo ano, foi realizado o I Seminário Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, que contou com a participação de representantes de iniciativas de agricultura urbana de diversas regiões do país e apontou diretrizes para a construção de uma política nacional nessa área. Um coletivo nacional de agricultura urbana, formado por representantes de organizações sociais que detinham experiência de trabalho nesse campo, operava naquele momento com o objetivo de apoiar o MDS a formular ações estratégicas para compor a Política de Agricultura Urbana e Periurbana.

Porém, a partir de 2008, com o lançamento dos primeiros editais para a constituição dos Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (Caaups), o diálogo entre o governo federal e a sociedade civil ficou comprometido. Desde então, os investimentos públicos passaram a ser orientados exclusivamente para prefeituras municipais, governos estaduais e órgãos públicos. Dessa forma, o Estado deixou de valorizar e reforçar o acúmulo de experiências e o protagonismo assumido por parte de entidades da sociedade civil que, juntamente com movimentos populares,

demandaram e apresentaram propostas concretas para o fortalecimento da agricultura urbana e periurbana.

A ausência de controle social das ações implantadas, a falta de um marco regulatório para o financiamento de projetos executados por organizações da sociedade civil, a desconsideração das redes e arranjos locais preexistentes e a negligência quanto à multiplicidade de funções da agricultura urbana e periurbana comprometeram o sucesso da política de agricultura urbana desenhada pelo MDS. Além disso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pela execução das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, não incorporou a questão em sua agenda e por essa razão os agricultores urbanos e periurbanos encontram dificuldades no acesso às políticas destinadas à agricultura familiar. O primeiro obstáculo está na obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento oficial necessário para que as famílias produtoras acessem as diversas políticas, como o crédito e a venda para mercados institucionais.

Outra dificuldade enfrentada de forma cada vez mais frequente pelos agricultores refere-se às alterações no zoneamento do uso do solo nos planos diretores dos municípios sem o devido debate com a sociedade. Vários artigos aqui apresentados abordam os conflitos resultantes desse processo. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, muitos municípios não reconhecem a existência de áreas rurais em seus planos diretores, o que significa a desobrigação do Estado para com a atividade agrícola, bem como o aumento da carga tributária sobre a ocupação e o uso do solo.

Além de apontar as dificuldades que os agricultores urbanos encontram para ser oficialmente reconhecidos pelo Estado e obter apoio por meio de políticas públicas, os artigos desta edição trazem relatos e análises sobre a riqueza e a diversidade das iniciativas de agricultura urbana e periurbana. Ao explorar a dimensão organizativa dessas experiências, os textos evidenciam como redes de mobilização social vêm sendo estabelecidas para dar visibilidade e afirmar a importância dessa atividade.

O artigo *Agricultura urbana no Baixo Onça: cultivando uma região mais produtiva, solidária e sustentável* mostra como o Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeirão de Abreu (Comupra) organiza as ações comunitárias de agricultura urbana, inseridas em uma estratégia de revitalização ambiental e social da região do Baixo Onça, em Belo Horizonte (MG). Os autores trazem ainda uma reflexão sobre a importância da agricultura urbana e apresentam os desafios à sua prática.

Também vindo da região metropolitana de Belo Horizonte, o artigo *Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana: espaços e saberes da Agroecologia em Belo Horizonte* descreve a trajetória dessa articulação em rede e as suas lutas políticas.

O artigo *Pesquisa-Ação em Agroecologia no Município de Guarulhos* relata a experiência de promoção da agricultura urbana a partir de um projeto de fortalecimento da agricultura familiar do município proposto pela prefeitura municipal de Guarulhos e realizado como atividade de extensão universitária pela Universidade Federal de São Carlos (UFScar).

Em *Gerais Urbanos: Agroecologia, cultivo e consumo de alimentos na cidade de Montes Claros*, os autores caracterizam a

região Norte de Minas Gerais e o município de Montes Claros, buscando estabelecer a relação entre população, cultura e ambiente. Destacam também a preponderância das mulheres, na maioria dos casos, mais idosas. Ressaltam a importância das trocas de sementes, mudas, conhecimentos, bem como o mecanismo de autoproteção de vizinhança. O artigo traz ainda um olhar sobre as técnicas agrícolas relacionadas ao uso da biodiversidade, à escolha das áreas, à definição dos cultivos e ao manejo dos solos.

Do Rio de Janeiro, trazemos dois artigos. O primeiro, intitulado *Agricultores do Maciço da Pedra Branca: em busca de reconhecimento de seus espaços de vida*, mostra a experiência de uma agricultura de resistência em plena capital fluminense. Os autores abordam o papel e a importância das articulações entre associações representativas de agricultores, entidades de assessoria, organizações de consumidores e a Rede de Agricultura Urbana organizada na cidade. Descrevem também a relação de grupos de agricultores com o Parque Estadual da Pedra Branca e os problemas de adequação das políticas públicas, principalmente no que se refere à obtenção de documentos necessários ao acesso às políticas – especialmente a DAP.

Já o artigo *Feiras da roça: desvelando a agricultura familiar da região metropolitana do Rio de Janeiro trata das agriculturas periféricas que têm origem nas antigas histórias de luta pela terra na região. Os autores abordam o papel da Escolinha de Agroecologia como ambiente de formação e incentivo à transição agroecológica e dão ênfase ao papel das feiras locais como espaços de visibilidade e viabilização econômica da agricultura familiar dos municípios metropolitanos.*

Por fim, o artigo *Agricultura urbana ecológica: a experiência de Cuba* mostra como se deu a construção dessa forma de agricultura pelo Estado cubano em resposta à crise alimentar dos anos 1990, quando Cuba passou por uma grave crise econômica. Inicialmente encarada como estratégia de combate à insegurança alimentar, a agricultura urbana em bases convencionais foi forçadamente substituída por uma agricultura urbana de base ecológica, graças à inviabilidade de manutenção do modelo produtivo industrial. O artigo caracteriza dois tipos de sistemas de produção: um opera por meio da substituição de insumos, enquanto o outro foi denominado pelos autores como agricultura de processos.

Márcio Mattos de Mendonça
Coordenador do Programa de
Agricultura Urbana da AS-PTA
urbana@aspta.org.br